



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES

**PORTARIA DE CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Interessado: SEBASTIAN ESPINOSA NARVAEZ

Referência: Processo SEI nº 08205.002180/2025-36

1. **Diante dos fatos narrados no presente procedimento, DETERMINO a instauração de processo administrativo** em desfavor de **SEBASTIAN ESPINOSA NARVAEZ**, nacional da Colômbia, nascido em 17/02/1996, portador do passaporte nº BC216286, registrado no Brasil sob o **RNM nº B427286F**, classificado como **residente temporário (amparo legal 209)**, visando ao **CANCELAMENTO de sua autorização de residência**, em razão de, supostamente, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e art. 136, inciso I, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, em razão de **ter sido constatada a prestação de informações falsas e a omissão de fatos juridicamente relevantes para a obtenção da autorização de residência**, notadamente quanto à existência de antecedentes criminais e residência anterior no exterior.

2. **Ratifico os atos de instrução já praticados**, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e verdade material, **assegurando-se o contraditório e a ampla defesa em todas as fases do procedimento**, destacando-se, entre outros:

a ) **Informação nº 142815777/2025-URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES**, que relata a omissão de residência anterior nos Estados Unidos da América e a declaração falsa quanto à inexistência de antecedentes criminais;

b ) **Despacho do Centro de Cooperação em Controle Migratório – CCCOM/CGMIG/DPA**, que consignou a identificação, por meio de cooperação internacional, de prisão do interessado pela prática do crime de furto nos Estados Unidos da América, bem como o cancelamento do visto concedido por aquele país.

3. Outrossim, objetivando o pleno atendimento às determinações legais, em especial aquelas dispostas na Lei nº 9.784/99, Dec. nº 9199/17 e Port. Nº 8.166-DG/PF, de 21 de março de 2018, determino o envio ao(a) **URE/DELEMIG/SR/PF/ES**, a fim de instruir o procedimento, devendo ser observados:

a) Notificação **IMEDIATA** do interessado, preferencialmente por via eletrônica, com a indicação precisa da:

I - identificação do intimado;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer (se for o caso);

IV - prazo para apresentação de defesa escrita;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

b) elaboração de relatório indicando o fato motivador, as fases do procedimento, os argumentos da defesa, e os elementos que indicam ou não a decretação da perda/cancelamento.

c) retorne-se para julgamento.

**MÁRCIO MAGNO CARVALHO XAVIER**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional de Polícia Federal no Espírito Santo



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER**, **Superintendente Regional**, em 08/01/2026, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144209306&crc=2615753A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144209306&crc=2615753A).

Código verificador: **144209306** e Código CRC: **2615753A**.

Referência: Processo nº 08205.002180/2025-36

SEI nº 144209306